

PROCESSO - A. I. Nº 180642.0091/07-1
RECORRENTE - CONTICAR SERVICE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 1ª JJF nº 0425-01/09
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 23/09/2010

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0292-11/10

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. Tendo o contribuinte efetuado o pagamento do valor que remanesceu após o julgamento de Primeira Instância, fica caracterizada a perda superveniente do interesse recursal, devendo ser julgado prejudicado o Recurso Voluntário interposto contra a Decisão de primeira instância administrativa, bem como declarada a extinção do crédito tributário e do processo administrativo fiscal. Recurso **PREJUDICADO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo sujeito passivo contra a Decisão da 1ª Junta de Julgamento Fiscal proferida no Acórdão nº 0425-01/09, que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração epigrafado, lavrado para exigir ICMS no valor de R\$4.124,86, assim como multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$9.142,88.

A Junta de Julgamento Fiscal decidiu pela procedência em parte da autuação, observando de início, que descabe a arguição de nulidade por cerceamento do direito de defesa, uma vez que, toda a documentação que deu sustentação ao trabalho fiscal foi entregue ao sujeito passivo, além do que os demonstrativos que embasam a autuação indicam com precisão que a apuração dos montantes dos débitos está especificada de forma correta. Descartou, igualmente, a afirmação de ofensa ao princípio da tipicidade cerrada, haja vista que o Auto de Infração traz a fundamentação concernente a cada uma das infrações atribuídas ao sujeito passivo.

No mérito, no que se refere à infração 1, a JJF observou que a acusação fiscal está de acordo com os fatos apurados pela fiscalização, cuja descrição apresenta-se de forma clara e precisa no Auto de Infração, onde consta o esclarecimento sobre o procedimento fiscal e a origem da infração apurada, permitindo o perfeito entendimento da acusação fiscal. De forma contrária à alegada pelo autuado, o demonstrativo elaborado pelas autuantes, que se encontra acostado à fl. 49, aponta de forma clara os valores das bases de cálculo e das multas por ocorrência, os quais se originaram dos dados escriturados no livro Registro de Saídas, conforme se verifica às fls. 57 a 67. Assim, foram corretamente apontados os valores que geraram a imposição da multa pertinente à irregularidade apurada, tendo sido anexados todos os elementos que lhes deram sustentação.

Inconformado, o sujeito passivo interpôs o Recurso Voluntário de fls. 254/289, propugnando, em síntese, pela reforma da Decisão recorrida, insurgindo-se contra a Decisão de primeira instância, pela nulidade, sob a alegação que o julgamento teria incorrido em equívocos.

Na sua peça recursal, no mérito, concentra a sua irresignação na infração 1, arguindo que a perfeita identificação dos fatos atinentes à infração é de fundamental importância para a capitulação da multa aplicável à situação, isto é, se ocorreu a falta de entrega de informações ou a sua apresentação com dados passíveis de correção, segundo a listagem diagnóstico elaborada pelo fisco, e neste caso significaria que o contribuinte teria atendido a obrigação de entregar o arquivo magnético. Entende que, em caso de dúvida, a decisão deve ser favorável e menos onerosa ao contribuinte.

Insurge-se contra a aplicação da multa de 1% sobre as saídas, por concluir que a conduta do autuado deve ser tipificada de acordo com a interpretação mais razoável, com a adoção da retroatividade benéfica da norma mais favorável ao contribuinte. Chama a atenção para a existência de diversas sanções aplicáveis ao caso, previstas no inciso XIII-A do art. 42 da Lei nº 7.014/96, tanto antes como após a edição da Lei nº 10.847/07, que apresentam várias penalidades.

Encaminhados os autos à análise da PGE/PROFIS, esta, às fls. 294 a 300 do PAF, manifestou opinativo, pelo não provimento do Recurso, por entender que o contribuinte não tem razão nas suas alegações, pois entende que as infrações estão caracterizadas.

Todavia, necessário assinalar que, durante a instrução do processo, foi acostado aos autos extrato gerado pelo SIGAT (fls. 301/303), confirmando o pagamento total do valor remanescente do Auto de Infração, com os benefícios decorrentes da Lei de anistia fiscal.

Também, durante a instrução, o contribuinte, por seus advogados legalmente constituídos, ingressou com petição de fl. 305, requerendo a desistência expressa do Recurso voluntário interposto, ao tempo em que informa que o pagamento, foi realizado, por meio de DAE (doc. 01), sendo o valor do crédito tributário apurado no quanto determinado pelo acórdão JJF nº 0425-01/09. Requer, ainda, a homologação do pagamento integral do débito mencionado, com a consequente extinção da dívida.

VOTO

Da análise dos autos, especialmente dos documentos de fls. 301/303, bem como da petição de fls. 305, constata-se que o sujeito passivo, em 19/05/2010, efetuou o pagamento restante do total do débito lançado neste Auto de Infração, utilizando-se dos benefícios de reduções previstas da Lei de Anistia do ano de 2010.

O pagamento do débito, como cediço, é ato incompatível com o intuito de recorrer da Decisão administrativa que julgou procedente a autuação, ensejando, inclusive, a extinção do crédito tributário, por força do disposto no art. 156, I, do Código Tributário Nacional.

Nas circunstâncias, resta dissolvida a lide outrora existente e caracterizada a perda superveniente do interesse recursal, fato requerido pelo próprio sujeito passivo no documento de fl. 305, daí porque declaro **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário apresentado pelo sujeito passivo. Devem os autos ser remetidos ao setor competente, para que seja homologado o pagamento efetuado e, em seguida, declaro **EXTINTOS** o crédito tributário e o processo administrativo fiscal, uma vez constatado que se trata de pagamento integral.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário apresentado e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº **180642.0091/07-1**, lavrado contra **CONTICAR SERVICE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA.**, devendo o recorrente ser cientificado da presente decisão e os autos encaminhados à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento efetuado com os benefícios da Lei nº 11.908/10 e, após, o arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de agosto de 2010.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

VAL